

EFEITOS SOBRE A TRANSIÇÃO DE ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS)

Ilza Patrícia Gomes de Carvalho Silva*

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise longitudinal da trajetória dos estudantes matriculados, em 2015, no 6º ano do ensino fundamental em escolas públicas e privadas da Região Metropolitana de Salvador (RMS), indicando fatores que impactam nos fluxos da transição desses estudantes dos anos finais do ensino fundamental para o ensino médio em 2019. Essas trajetórias foram construídas a partir da base de dados do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e identifica, a partir da coorte inicial em 2015, os estudantes que foram matriculados no ensino médio em 2019. Os resultados encontrados apontam o percurso de estudantes nos anos finais do ensino fundamental identificando fatores que marcam as desigualdades educacionais segundo a rede de ensino (pública ou privada) frequentada a partir da análise do número de retenções obtidas quando cruzadas com o número de escolas frequentadas; o local de residência; as características dos estudantes (cor/raça e faixa etária); o tamanho e a duração de funcionamento da turma; a infraestrutura básica da escola; a estrutura pedagógica da escola; a adequação da escola às necessidades especiais dos educandos; a existência de biblioteca e/ou sala de leitura; e o nível socioeconômico das escolas. Apontam, também, que nesse grupo em estudo o número de retenções dos estudantes não tem associação com a existência de biblioteca e/ou sala de leitura. Espera-se que os resultados apresentados sejam utilizados pelos atores educacionais na promoção de uma educação mais equânime.

Palavras-chave: Trajetória escolar. Censo Escolar. Transição do ensino fundamental para o ensino médio. Fluxo escolar.

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro tem registrado, na última década, cerca de 50 milhões de matrículas a cada ano na educação básica, sendo a maior parte atendida pela rede pública de ensino (INEP, 2020). Segundo os dados do Censo Escolar 2019, das 47,9 milhões de matrículas, 9,1 milhões (19,1%) e 38,7 milhões (80,9%) estavam declaradas em escolas privadas e públicas, respectivamente (INEP, 2020). Porém, apesar da universalização do acesso à escola, a educação do país ainda enfrenta diversos desafios, dentre eles a continuidade dos estudos por parte dos estudantes e a melhoria da qualidade da educação básica. A transição entre as etapas da educação básica, em específico, requer formas de articulação das dimensões orgânica e sequenciais que assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2010, Art. 18, §2º).

Existem vários obstáculos, de naturezas diversas, que interferem no percurso escolar de crianças e jovens, criando uma defasagem entre o número de ingressos no ensino

* Especialista em análise de sistemas pela Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC), bacharela em estatística pela Faculdade Federal da Bahia (UFBA), licenciada em matemática – ciências exatas e tecnológicas pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e coordenadora técnica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), atuando na Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (DIE). E-mail: ilza.silva@nova.educacao.ba.gov.br.

fundamental comparado ao número de indivíduos que alcançam e concluem o ensino médio. Essa análise do fluxo escolar no sistema educacional tem sido objeto de importantes estudos, destacando-se os trabalhos pioneiros de Freitas (1940, 1947) e de Sérgio Costa Ribeiro e Ruben Klein (1991), que identificam as altas taxas de repetência e a ineficiência do sistema escolar em assegurar um fluxo regular aos estudantes brasileiros.

Os desafios para o sistema educacional brasileiro problematizados por Freitas, Ribeiro e Klein ainda não foram superados. O Resumo Técnico do Censo Escolar 2019, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aponta que há uma queda no número de matrículas no ensino fundamental e no ensino médio no período de 2015 a 2019, situação inapropriada, tendo em vista que essa última etapa de ensino deveria receber aqueles que já passaram pelo ensino fundamental (INEP, 2020).

Percebe-se, então, que a tensão para se universalizar o atendimento escolar ainda é grande, ao mesmo tempo em que se busca superar as desigualdades educacionais e melhorar a qualidade da educação. Portanto, torna-se imprescindível investigar detalhadamente como o processo educacional está sendo realizado em diferentes condições, a fim de maximizar o uso de recursos disponibilizados e, assim, contribuir efetivamente para a melhoria da educação.

A melhoria da qualidade da educação básica tem sido o cerne da legislação e das políticas educacionais brasileiras. Tanto a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto o Plano Nacional de Educação (PNE), e os Planos Estaduais de Educação (PEEs) têm como princípios norteadores do ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e a “garantia de padrão de qualidade”. Embora seja complexo conceituar qualidade em educação e quais os aspectos compreendidos, conforme Gentili (1995), Sacristán (2001), Gracindo (2006) e Dourado et al (2007), há uma concordância de que a trajetória escolar regular e a aprendizagem dos estudantes devem estar incorporadas nesse conceito. Ou seja, um sistema educacional efetivo deve ser aquele que assegura o acesso a oportunidades educacionais de qualidade, garantindo a trajetória escolar regular, sem repetência e evasão, e o aprendizado em níveis adequados a todos os estudantes de cada ano ou etapa de ensino, independentemente de sua origem social.

Justifica-se a escolha do tema a partir de dois elementos principais. O primeiro diz respeito ao fato de que um sistema educacional eficaz deve assegurar o acesso a um ensino de qualidade, garantindo a trajetória escolar regular e um aprendizado adequados a todos os estudantes em cada etapa de ensino, independentemente de sua classe social. Sob essas circunstâncias tornou-se um desafio o aprofundamento no tema no intuito de gerar informações, que contribuam para a melhoria das políticas públicas, voltadas aos anos finais do ensino fundamental. Além disso, outra justificativa importante para esse estudo advém do lugar de fala da autora. A atuação profissional no âmbito da Secretaria de Educação do Estado da Bahia instiga estudos e reflexões acerca dos resultados alcançados por cada unidade escolar que compõe as diversas redes de ensino do estado da Bahia. O interesse se justifica, tanto pelas reflexões no trato com a sistematização dos dados, quanto pelos relatos coletivos das inúmeras escolas quando buscam o órgão central da Secretaria da Educação do Estado, no sentido de elucidar dados que demandam a compreensão dos envolvidos.

Tendo como base esse cenário apresentado, o presente artigo tem como objetivo compreender como se constitui a trajetória escolar de estudantes matriculados no 6º ano do ensino fundamental até o acesso a 1ª série do ensino médio. A partir de uma abordagem longitudinal, analisa-se a eficiência nas trajetórias escolares de um grupo de estudantes de escolas públicas e privadas, selecionadas para esse estudo, situadas na Região Metropolitana.

Na abordagem longitudinal, analisam-se as mudanças ou desenvolvimento de um fenômeno ao longo de um período estabelecido (ALVES, 2006 *apud* SARAIVA, 2009). Dessa forma, é possível analisar como as variáveis se modificam ou se comportam ao longo do tempo, no fluxo escolar desses estudantes.

O recorte se dará por meio da análise das matrículas efetuadas no 6º ano do ensino fundamental, em 2015, de estudantes com 10 a 14 anos de idade, e que permaneceram ininterruptamente, de 2015 a 2019, matriculados em turmas regulares entre os anos finais do ensino fundamental até a 1ª série do ensino médio, em 2019. Essas escolas fazem parte do sistema de ensino dos municípios da Região Metropolitana de Salvador, divididas entre as categorias públicas e privadas. Alcançar a segunda etapa do ensino fundamental, sem distorção, representa o sucesso educacional desse grupo de estudantes, que é avaliado tanto pelo conhecimento e as aprendizagens na escola, que são medidos pelas notas obtidas em exames padronizados, quanto pelo alcance de maior grau de escolaridade atingido ou pelo tempo gasto para concluir a educação básica, dados esses refletidos nas medidas de fluxo escolar. Daí a importância de se constituir recortes que viabilizem acompanhar todo o ciclo, ou seja, a entrada no 6º ano, em idade regular, e, a trajetória nos próximos cinco anos na rede de ensino. É interessante registrar que todo o trabalho efetuado na sistematização da base de dados para que se chegasse a esses recortes, como o início de um ciclo, o fluxo, o percurso e a transição para uma fase tão importante na escolarização de adolescentes e jovens que é o ensino médio, terá sentido quando das análises no estudo longitudinal, momento que entrarão em cena as ocorrências e as mudanças nesse fluxo, desenvolvendo os fenômenos ao longo do percurso desses estudantes que influenciam ou não na transição do ciclo escolar em questão.

No presente estudo, busca-se compreender que é necessária uma profunda discussão sobre o atendimento a esses estudantes, a partir de um olhar diferenciado e contextualizado, pois existem evidências de que as desigualdades são muitas e nem sempre visíveis no âmbito do sistema educacional. Encontram-se essas desigualdades na diferenciação entre as redes educacionais (FALCIANO, 2014), entre instituições escolares renomadas e bem-conceituadas, e, até mesmo entre as turmas de uma mesma instituição escolar (FERREIRA, 2006; COSTA; KOSLINSKI, 2008).

A partir da análise das matrículas efetuadas no 6º ano do ensino fundamental, em 2015, de estudantes com 10 a 14 anos de idade, de escolas públicas e privadas da RMS, e que permaneceram ininterruptamente, de 2015 a 2019, matriculados em turmas regulares dos anos finais do ensino fundamental até a 1ª série do ensino médio, em 2019, pretende-se: a) avaliar quais variáveis têm relação diferenciada com o vínculo das redes de ensino (como o número de retenções do estudante, número de escolas que o estudante frequentou, local de residência, características dos estudantes (cor/raça e faixa etária), tamanho da turma, infraestrutura básica da escola, biblioteca ou sala de leitura, laboratório de ciências e laboratório de informática; e (b) analisar o grau de relação entre o nível socioeconômico da escola e os fatores associados à trajetória do estudante.

O mapeamento dessas trajetórias escolares a partir do Censo da Educação Básica do Inep serve de ferramenta baseada em evidências, para que os gestores do sistema educacional avaliem os seus esforços e os direcionem para onde for mais necessário, a fim de reduzir as desigualdades e propiciar melhorias na educação do estado da Bahia como um todo.

Além desta seção introdutória, este artigo está estruturado em mais quatro seções. Na segunda seção apresenta-se uma descrição do contexto da rede de ensino a que se referem os dados. A terceira detalha o caminho metodológico percorrido para consolidar os dados que serão base para a análise empreendida, descrevendo, portanto, a definição geral da metodologia da pesquisa, o banco de dados utilizado – Censo Escolar da Educação Básica –, as variáveis utilizadas e seus conceitos, os critérios utilizados para a delimitação do estudo e os métodos de análise dos dados. Os resultados encontrados nas análises das trajetórias escolares do grupo em estudo são apresentados na quarta seção onde são apresentadas as características que marcaram essas trajetórias e analisa-se como essas características delimitam o fluxo escolar, usando como base de comparação as redes privada e pública. Na

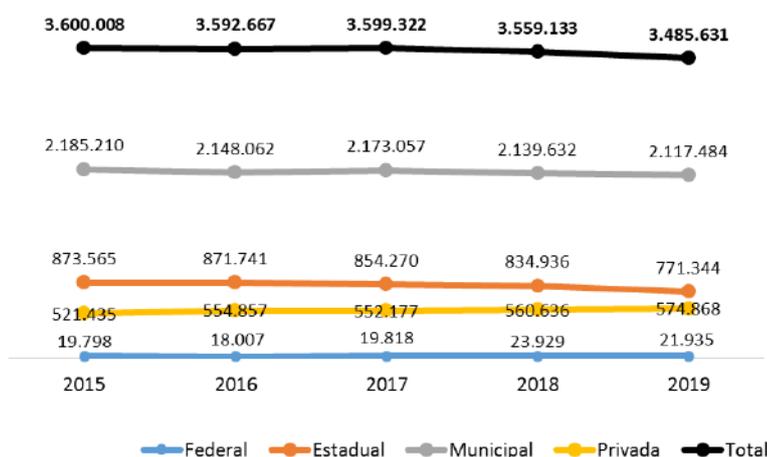
seção conclusiva, realizam-se considerações a respeito das conquistas e limites da metodologia proposta e uma síntese das diferentes condições de oferta.

2 APRESENTANDO A REDE DE ENSINO DA BAHIA

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia conta com 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTE¹) que a representam na administração regional, bem como desenvolvem programas de cooperação técnica e de fortalecimento dos 417 municípios baianos. Esses núcleos seguem o mesmo agrupamento de municípios dos Territórios de Identidade da Bahia e recebem todo o suporte do órgão central.

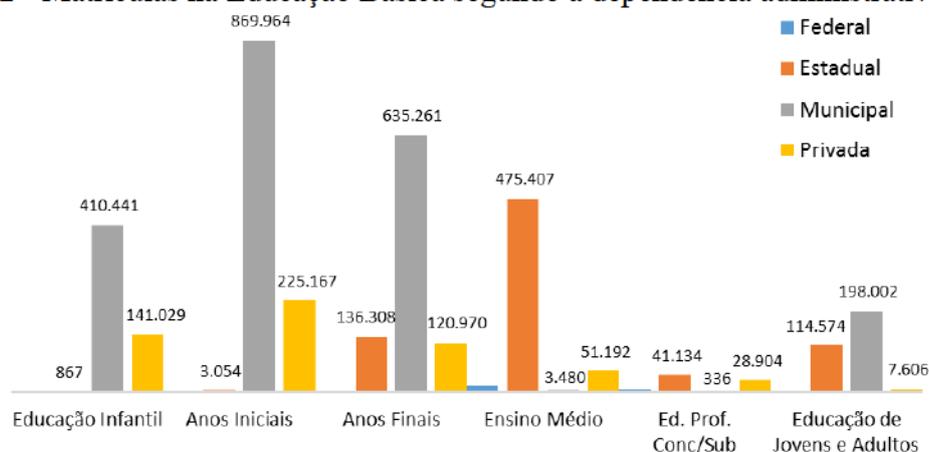
De acordo com o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), no estado da Bahia, em 2019, foram registradas 3.485.631 matrículas, 114.377 a menos se comparado a 2015 correspondendo a uma redução de 3,2% (Gráfico 1). A rede municipal tinha uma participação de 60,8%, a rede estadual 22,1%, a rede privada 16,5% e a rede federal 0,6% (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Matrículas na Educação Básica segundo a rede de ensino, Bahia 2015-2019



Fonte: SEC, MEC/Inep - Censo Escolar
Elaboração própria

Gráfico 2 - Matrículas na Educação Básica segundo a dependência administrativa, Bahia 2019



Fonte: SEC, MEC/Inep - Censo Escolar
Elaboração própria

¹ Decreto nº 15.806 de 30 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a organização dos Núcleos Territoriais de Educação.

O ensino fundamental contou com 1.991.083 matrículas sendo que, os anos iniciais é atendido majoritariamente pelas redes municipal e privada, com 79,2% e 20,5% das matrículas, respectivamente. Nos anos finais, a rede municipal compartilha esse atendimento com a rede estadual, 71,1% e 15,3% das matrículas, respectivamente. O ensino médio contabilizou 544.868 matrículas no estado e as redes estadual, privada e federal são responsáveis pelo atendimento dessa demanda com 87,3%, 9,4% e 0,6% das matrículas, respectivamente.

Em relação ao total de docentes eram 156.521 atuando na educação básica. Desses 81,1% tinham vínculo com escolas da rede pública e 21,8% com escolas da rede privada. A maior parte deles estavam no ensino fundamental, (66,3%) 103.884 docentes e, (19,5%) 30.593 docentes no ensino médio. No que se refere à escolaridade tantos os docentes que lecionavam nos anos finais quanto os que lecionavam no ensino médio tinham nível superior com licenciatura, sendo 77,4% e 82,4% nessa ordem.

A Bahia, em 2019, tinha 16.682 escolas de educação básica. A maior rede estava sob a responsabilidade dos municípios, com 76,0% das escolas, a rede privada com 17,0% das escolas, a rede estadual com 6,8% escolas e a rede federal 0,2% escolas. Dessas 25,7% ofertavam os anos finais e 9,4% ofertavam o ensino médio. O percentual de escolas que possuíam biblioteca e/ou sala de leitura era irrisória na rede municipal (25,4%), em contrapartida, a rede estadual (75,4%) e a rede privada (76,9%).

A Região Metropolitana de Salvador é composta por treze municípios e representa o território mais dinâmico do estado, estando entre as principais RM do Nordeste e do país, em função da concentração de pessoas e de riqueza, da diversidade e complexidade de bens, serviços, equipamentos, comércio, oportunidades de emprego, lazer etc. Apesar disso, apresenta grandes contradições, com elevados índices de pobreza, violência urbana e exclusão socioterritorial, além de grandes desigualdades intermunicipais.

Figura 1- Região Metropolitana de Salvador (RMS)



Fonte: Seplan (2020).

Não obstante ao fato de concentrar as principais atividades econômicas do estado, notadamente no setor de serviços e industrial, sendo responsável por 44% do Produto Interno Bruto (PIB) baiano em 2017, a RMS possui um dos piores desempenhos no que tange à geração de postos de trabalho formal, sendo Salvador a capital com maior taxa de desemprego do país. Em 2018, a taxa de desemprego das pessoas de 14 anos ou mais de idade no

município de Salvador foi de 25,1%. Somando-se a isso o fato do rendimento médio do trabalho estar entre os menores do Brasil, sendo mais baixa, ainda, para negros e mulheres o que indica a grande desigualdade existente na região (PED/DIEESE, 2020).

Com 3.573.973 habitantes (IBGE, 2010), a RMS concentra 25,5% da população total do estado da Bahia e corresponde à sétima região do país em termos populacionais. A extensão territorial da RMS é de 4.375,123 km² e a densidade demográfica é de 817 habitantes por km², trinta vezes maior que a média estadual que é de 25 habitantes por km² (FERNANDES, 2010). No entanto, esta população não se distribui uniformemente no território metropolitano. A cidade de Salvador concentra 74,86% da população residente na RM, constituindo-se como a terceira cidade mais populosa do país.

Salvador e sua RM apresentaram, nas últimas décadas, taxas de crescimento do PIB superiores às verificadas nas duas principais metrópoles do país – São Paulo e Rio de Janeiro. Desde 2011, Salvador vem crescendo no ranking nacional no que tange ao PIB. Em 2011, Salvador ocupava a 12ª posição do PIB, em 2013, subiu uma posição, e alcançou a 9ª posição nacional em 2017.

Os três principais municípios da RMS – Salvador, Camaçari e São Francisco do Conde – respondem por quase 80% do produto interno produzido regionalmente; Candeias, Lauro de Freitas e Simões Filho, assumem 14%, e os municípios de Itaparica, Vera Cruz, Madre de Deus, Mata de São João, São Sebastião do Passé, Pojuca e Dias D'Ávila conjuntamente participam, aproximadamente, com 6% do PIB da RM. Vale ressaltar que Mata de São João, São Sebastião do Passé e Pojuca, incluídos entre os sete municípios que apresentam baixa participação no PIB, foram recentemente incorporados à RM de Salvador.

O PIB per capita de Salvador (valor do PIB dividido pela população estimada no ano), em 2017, foi aproximadamente de R\$ 21.231,48 e encontra-se nas últimas posições dentre as capitais brasileiras. Brasília (DF), com R\$ 80.502,47, liderou em relação ao PIB per capita, enquanto Belém (PA) ocupou a última posição (R\$ 20.821,46).

Os resultados do Censo Escolar (INEP, 2019) apontam que, em 2019, havia nos municípios da RMS 746 escolas com oferta dos anos finais do ensino fundamental, sendo que 502 dessas escolas, 67,3% localizavam-se em Salvador. Os demais municípios somavam 244 escolas com oferta dessa etapa de ensino.

Tabela 1- Número de estabelecimentos que ofertavam os anos finais do ensino fundamental

Tabela 1. Número de estabelecimentos que ofertam os anos finais do ensino fundamental por localização e dependência administrativa, RMS 2019

Município	Número de estabelecimentos										
	Localização/Dependência Administrativa										Total
	Total	Urbana					Rural				
Total		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
RMS	746	711	1	178	154	378	35	-	1	33	1
Camaçari	72	72	-	-	31	41	-	-	-	-	-
Candeias	20	15	-	1	8	6	5	-	-	5	-
Dias d'Ávila	14	14	-	-	6	8	-	-	-	-	-
Itaparica	7	7	-	1	4	2	-	-	-	-	-
Lauro de Freitas	43	43	-	2	19	22	-	-	-	-	-
Madre de Deus	4	4	-	-	2	2	-	-	-	-	-
Mata de São João	21	17	-	-	14	3	4	-	-	4	-
Pojuca	6	5	-	-	2	3	1	-	-	1	-
Salvador	502	500	1	168	56	275	2	-	-	2	-
São Francisco do Conde	6	3	-	-	1	2	3	-	-	3	-
São Sebastião do Passé	9	5	-	-	3	2	4	-	-	4	-
Simões Filho	32	21	-	5	6	10	11	-	1	10	-
Vera Cruz	10	5	-	1	2	2	5	-	-	4	1

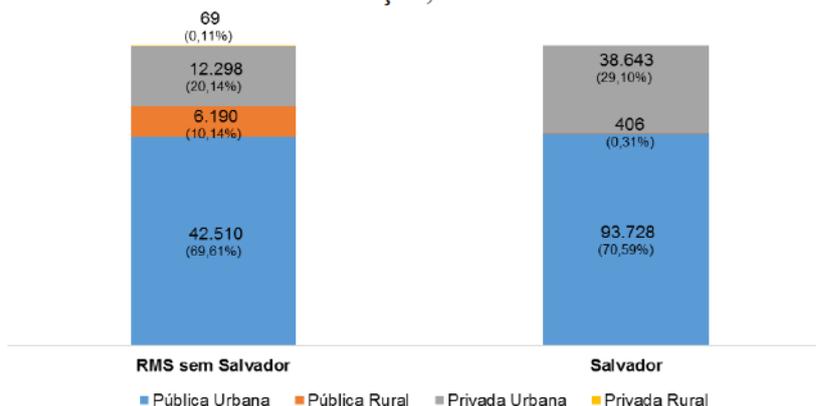
Fonte: SEC, MEC/INEP.

Elaboração: Própria.

As escolas estavam localizadas predominantemente na área urbana da RMS (95,3%) 711 escolas, sendo que na zona rural havia (4,7%) 35 escolas. Quanto a dependência administrativa, a maior parte delas (50,8%) pertence à rede privada de ensino. (Tabela 1).

Esses estabelecimentos de ensino atendiam 193.844 estudantes nos anos finais do ensino fundamental em 2019, sendo que 69,61% em escolas públicas da zona urbana da região. Em Salvador, apesar de existirem mais escolas privadas urbanas com oferta dessa etapa de ensino, as escolas públicas respondiam por 70,59% das matrículas e as escolas privadas 29,10%. Além disso, o número de estudantes dos anos finais do ensino fundamental na rede pública nos demais municípios da RMS era proporcionalmente superior ao de Salvador, cerca de 79%, enquanto nas escolas privadas correspondia a 20%:

Gráfico 3 - Estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental por dependência administrativa e localização, RMS 2019



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir da análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), é possível contextualizar as escolas segundo as medidas de qualidade que compõem o indicador. O IDEB por escola é calculado apenas para as escolas públicas e é obtido a partir da informação de rendimento escolar do Censo Escolar e da nota média padronizada no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que abrange todas as escolas públicas que possuíam, no mínimo, 20 estudantes matriculados na etapa/série avaliada, no caso dos anos finais do ensino fundamental, o 9º ano do ensino fundamental.

Tabela 2 - Estatísticas do IDEB anos finais do ensino fundamental, RMS 2019

Área	n	Minímo	Q1	Q2	Q3	Máximo	Desvio padrão
RMS	271	1,7	3,5	3,9	4,4	7,9	0,73
Salvador	162	2,3	3,4	3,9	4,4	7,9	0,75
RMS sem Salvador	109	1,7	3,5	4,0	4,5	5,7	0,70

Fonte: MEC/INEP.

Elaboração: Própria.

Assim, na RMS, 271 escolas públicas tiveram o IDEB nos anos finais do ensino fundamental divulgado, em 2019, variando de 1,7 a 7,9. Os quartis do IDEB para Salvador são menores que os das demais escolas dos municípios da RMS. Ainda em Salvador foi verificada uma maior variação do IDEB entre as escolas, sendo o mínimo 1,7 registrado para uma municipal localizada no município de Simões Filho e o máximo de 7,9 alcançado pelo Colégio Militar da RMS, única escola federal da região.

Inclusive pode-se constatar que as escolas de Salvador possuem resultados inferiores às escolas dos demais municípios da RMS. As estatísticas descritivas dos resultados do IDEB 2019, anos finais do ensino fundamental, apontam que Salvador apesar de ter um valor de Produto Interno Bruto (PIB) e renda per capita média mensal superior aos demais municípios que compõem a RMS, registrou um resultado menos satisfatório em relação ao desempenho escolar e proficiência dos estudantes.

Uma das variáveis que interferem na qualidade da educação nas três esferas (federal, estadual e municipal) e que pode impactar no desempenho dos estudantes do ensino fundamental se relaciona à continuidade de ações pedagógicas. Alguns programas e projetos estão vinculados ao Programa Geral da Secretaria de Educação do Estado da Bahia “Educar para Transformar”, no período de 2015 a 2019.

No ano de 2015 foram apresentados dois projetos. a) Projeto Líder de Classe. Os estudantes são estimulados a participarem do planejamento da escola reforçando a confiança coletiva em uma educação transformadora, fortalecendo desta forma o poder estudantil e as estruturas de gestão democrática das escolas da rede pública estadual; b) Projeto Ressignificação da Dependência, visava a proporcionar a realização de pesquisas nos componentes curriculares para estudantes que estejam em progressão parcial, onde não existe a série/ano, no turno oposto, ou onde as salas já tenham capacidade máxima de estudantes.

Também no ano de 2016 tem-se dois projetos a) Plano de Intervenção Pedagógica para estudantes do 6º ano do ensino fundamental com o intuito de assegurar uma aprendizagem significativa aos estudantes, como também aumentar os indicadores de aprovação para o ano seguinte; b) Projeto Transforma, movimento desenvolvido com o objetivo de promover o fortalecimento da educação básica na rede estadual de ensino.

No ano de 2017 mais quatro projetos. a) Sistemática de Acompanhamento Pedagógico (SAP) com o objetivo de melhorar o processo de auxiliar o trabalho pedagógico dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE) e das escolas; b) Educação Especial e Inclusiva para o atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede estadual; c) Desenvolvimento de Competências socioemocionais com a implantação do Núcleo de Investigação Avançada sobre a Consciência (NIAC); em cinco unidades escolares que ofertam o ensino fundamental, na cidade de Salvador, com docentes recebendo formação continuada em serviço durante as Atividades Complementares (AC) a fim de modelar uma política pública para o desenvolvimento do estudante no processo do autoconhecimento, originando autoconfiança, autonomia, comunicação interpessoal e intrapessoal, cooperação, como também valores de gratidão, respeito entre outros; d) Projeto Grafitaê que propõe colorir as paredes das escolas estaduais com a linguagem da arte urbana, grafite e suas diferentes dimensões, com a valorização de temas do dia a dia dos estudantes.

No ano de 2018, com a Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), nas etapas da educação infantil e ensino fundamental, foram instituídos momentos de formação para os profissionais envolvidos na escrita do DCRB, concretizado com consulta pública online sobre a sua primeira versão, o documento final apresentado ao Conselho Estadual de Educação.

No próximo capítulo será detalhado o caminho metodológico percorrido para consolidar os dados, base para a análise, descrevendo a definição geral da metodologia da pesquisa, o banco de dados utilizado – Censo Escolar da Educação Básica -, as variáveis utilizadas e seus conceitos e os critérios utilizados para a delimitação do estudo e os métodos de análise dos dados.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa visa, a partir da análise de trajetórias escolares, investigar o percurso de estudantes no ensino fundamental identificando fatores que marcam as desigualdades educacionais segundo a rede de ensino (pública ou privada) frequentada. Pesquisas desta natureza alcançaram mais destaque na área educacional quando a análise sociológica das desigualdades educacionais antes orientada basicamente pela perspectiva dos processos ocorridos nas macroestruturas, passou a considerar também as ações macrosociológicas.

Assim, o estudante passe a ser visto como sujeito ativo nos processos e nas decisões sobre a sua vida escolar (NOGUEIRA; FORTES, 2004).

Neste contexto, segundo Nogueira e Fortes (2004), a investigação das trajetórias escolares é um campo fértil de análises dos processos escolares e tem contribuído com a elucidação de questões referentes aos casos estatisticamente improváveis, as estratégias de escolarização de diferentes grupos sociais e os processos e mecanismos através dos quais se processam as desigualdades educacionais e a produção social da educação. Destacam-se os diversos estudos de Nogueira (1998, 2005, 2006, 2010), que buscam compreender a lógica que regula as estratégias das famílias relacionadas à escolarização dos filhos. Esses estudos se ocupam das trajetórias escolares dos indivíduos e das estratégias utilizadas pelas famílias no decorrer das trajetórias escolares, sejam elas das camadas populares ou mesmo das elites.

Outro exemplo de trabalho pioneiro nesse campo é o estudo de Viana (1998), intitulado “Longevidade escolar em famílias de camadas populares: condições de possibilidade”, o qual investigou o sucesso escolar “inesperado” ou “estatisticamente improvável” nas camadas populares. Nesta direção, a pesquisa de Zago (2000) se atentou para os significados e as formas de envolvimento dos pais, especialmente das mães, nas trajetórias escolares dos filhos, nos meios populares. Portes (2001) investigou a trajetória escolar e as vivências universitárias de um grupo de estudantes pobres que tiveram acesso, através do vestibular, a cursos de graduação altamente seletivos em universidades federais. Piotto (2008) investigou trajetórias escolares, evidenciando a centralidade da família em percursos escolares prolongados, questionando alguns significados comumente atribuídos à longevidade escolar nas camadas populares, como conformismo, sofrimento e ruptura cultural, evidenciando a necessidade de mais investigações sobre o papel da escola, bem como sobre a existência de outros sentidos no acesso e experiência de estudantes pobres no ensino superior.

Usualmente, estudos que abordam as trajetórias escolares, devido à dificuldade de realização, ficam restritos ao acompanhamento de um reduzido número de indivíduos numa abordagem qualitativa ou se constituem de análises longitudinais de coortes² de estudantes a partir de informações censitárias ou de outras bases estatísticas sem a possibilidade de aprofundamento sobre as características dos estudantes e sua relação com o fluxo escolar.

Com o propósito de realizar um acompanhamento das trajetórias escolares dos estudantes que abrangesse um número significativo de indivíduos e, ao mesmo tempo, considerasse suas características individuais e a infraestrutura das escolas frequentadas, elegeram-se a utilização das informações do Censo Escolar da Educação Básica.

De acordo com o site do Inep (2020), o Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações de escolas, turmas, alunos e profissionais escolares da educação básica, nesse sentido, é a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e realizado anualmente em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação, com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O caminho natural para ter acesso aos microdados desse levantamento estatístico se realizou por meio da Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (DIE) da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Este levantamento estatístico passou por modificações metodológicas de coleta em 2007 que possibilitou, desde então, o acompanhamento das trajetórias escolares dos alunos dentro dos sistemas de ensino. A pesquisa do Censo escolar abrange as 27 unidades da federação e todos os municípios, e é fonte oficial de dados educacionais e utilizada para

² Conceito utilizado na demografia e segundo Klein (2013) define-se como “um grupo de pessoas que vivenciam conjuntamente uma série de eventos em um período de tempo. Denomina-se de tamanho de coorte o número de pessoas na coorte”.

repassa de recursos federais no âmbito da educação nacional. Todas as escolas têm obrigação de declarar suas informações ao Censo Escolar, de acordo com o Decreto nº 6.425/2008.

No Censo Escolar são coletadas características individuais de cada estudante, tais como idade, sexo, cor/raça, tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, localização/zona de residência, dentre outras. Dessa forma, para cada escola, rede de ensino ou unidade da federação, pode ser traçado um perfil dos estudantes, permitindo também o cruzamento com outras bases de dados oficiais.

Considerando que o objeto deste estudo é analisar a trajetória escolar de educandos do 6º ano do ensino fundamental até a 1ª série do ensino médio, compreendendo assim um período regular de cinco anos, foi necessário consolidar essas informações em uma única base de dados. Essa base de dados foi construída a partir dos resultados mais recentes do Censo Escolar, que correspondem ao período de 2015 a 2019, e considerou o vínculo do estudante no sistema de ensino anualmente, informação inicial essencial para esta pesquisa

A partir dessa consolidação inicial foi possível analisar a movimentação dos estudantes ao longo do período estudado. Esse processo de consolidação se constituiu nos seguintes passos: a) obter os microdados em formato de planilha eletrônica da DIE; b) estudar essas planilhas para entender a estrutura dos dados; c) importar esses microdados numa única planilha temporária; d) padronizar as variáveis que mudaram de nome, tamanho ou tipo de um ano para o outro; e) corrigir possíveis dados inconsistentes e adequar o padrão das variáveis; f) conferir os dados unificados comparando-os com as sinopses oficiais divulgadas no site do Inep. Estando tudo validado, o passo final dessa compilação de informações foi copiar os dados da planilha temporária para a planilha principal que consolidou os dados de todo o período a ser estudado.

A seguir apresenta-se a descrição das variáveis elegidas nessa pesquisa para atuarem como marcadores de trajetórias (INEP, 2019):

Quadro 1 - Descrição das variáveis

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
NU_ANO_CENSO_X	Ano do Censo
CO_ENTIDADE_X	Código único da Escola
INSE_ESC_X	Indicador de Nível Socioeconômico da Escolar do ano de 2015
CO_MUNICIPIO_ESCOLA_X	Código do município
DEP_ADM_X	Dependência Administrativa
AGUA_CONSUMO_X	Água potável para o consumo humano
AGUA_X	Abastecimento de água
ENERGIA_X	Abastecimento de energia elétrica
ESGOTO_X	Esgoto sanitário
BANHEIRO_X	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola
IN_BANHEIRO_PNE_X	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Banheiro acessível, adequado ao uso de pessoas com deficiência ou
IN_BIBLIOTECA_SALA_LEITURA_X	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Biblioteca e/ou Sala de leitura
IN_LABORATORIO_CIENCIAS_X	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Laboratório de ciências
IN_LABORATORIO_INFORMATICA_X	Dependências físicas existentes e utilizadas na escola - Laboratório de informática
NU_FUNCIONARIOS_X	Total de funcionários da escola (inclusive profissionais escolares em sala de aula)
IN_ALIMENTACAO_X	Alimentação escolar para os alunos - PNAE/FNDE
ID_TURMA_X	Código único da Turma
NU_DURACAO_TURMA_X	Duração de funcionamento da Turma - Minutos
TP_ETAPA_ENSINO_X	Código da etapa de ensino da turma
ID_MATRICULA_X	Código único da matrícula do aluno
CO_PESSOA_FISICA_X	Código único do aluno (ID_INEP)
NU_DIA_X	Data de nascimento do aluno - dia
NU_MES_X	Data de nascimento do aluno - mês
NU_ANO_X	Data de nascimento do aluno - ano
NU_IDADE_REFERENCIA_X	Idade do aluno no mês de referência do Censo Escolar
TP_SEXO_X	Sexo do aluno
TP_COR_RACA_X	Cor/raça
CO_MUNICIPIO_NASC_X	Código município de nascimento do aluno
CO_MUNICIPIO_END_X	Código município de residência do aluno
TP_ZONA_RESIDENCIAL_X	Localização/Zona de residência do aluno

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tendo como base as variáveis apresentadas acima, a promoção ou a retenção do estudante neste estudo será verificada a partir da variável TP_ETAPA_ENSINO_i, onde $i = \{2015, 2016, 2017, 2018 \text{ e } 2019\}$. Essas taxas serão calculadas a partir da comparação entre as etapas de ensino que o estudante esteve matriculado em anos letivos consecutivos.

De posse do banco de dados com variáveis ajustadas para todo o período de 2015 a 2019 e com todos os anos consolidados, o próximo passo foi determinar um procedimento que possibilitasse o acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes.

Identifica-se no caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar, disponibilizado pelo Inep (2019) que a variável “CO_PESSOA_FISICA”, número de identificação única gerado pelo Educacenso – sistema de coleta do Censo Escolar – no momento do cadastro do estudante é invariável, permanecendo o mesmo de um ano para o outro ou quando o estudante é transferido para outra escola. Nesse sentido essa informação seria apropriada para servir como marcador da trajetória de cada estudante, mas, dada a sua importância na construção delas, optou-se por testar a sua força como identificador de um único estudante. Para tanto, realizou-se um teste com o objetivo de verificar se a variável “CO_PESSOA_FISICA” era exclusiva para cada estudante na base de dados. Foram selecionados todos os códigos de estudante matriculados em 2015 no 6º ano do ensino fundamental em escolas da RMS. Esse universo compreendeu 59.570 códigos.

Desse todo viu-se apenas 62 (0,1%) códigos se repetiam. Verificou-se que se tratava de estudantes matriculados em diferentes redes de ensino ou em diferentes escolas e em horários opostos, mas essas múltiplas experiências concomitantes seriam um empecilho na análise das suas trajetórias, portanto, optou-se em desconsiderá-los. Restando assim 59.508 códigos de estudantes.

Após a eliminação dessas múltiplas experiências concomitantes da base de dados certificando-se de que era possível utilizar “CO_PESSOA_FISICA” do estudante como uma variável que o identifica ao longo da sua trajetória na educação básica, voltou-se para a determinação da amostra de estudantes que seria acompanhada.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino fundamental compõe a educação básica e é uma etapa de ensino obrigatória com duração de nove anos, dividindo-se em dois níveis: os anos iniciais que compreendem do 1º ao 5º ano e os anos finais, objeto desta pesquisa, que vão do 6º ao 9º ano, compreendendo assim um período regular de quatro anos para conclusão. Diante disso, foi analisado o percurso escolar dos estudantes de 2015 a 2019, sendo a coorte inicial os estudantes matriculados no 6º ano do ensino fundamental em 2015, tendo em vista que em 2019, teoricamente, deveriam estar cursando a 1ª série do ensino médio.

Para manter a comparabilidade dos dados analisados, delimitou-se, a faixa etária de 10 a 14 anos de idade até o dia 31 de maio de 2015. Foram encontrados 6.365 estudantes, na base de dados, fora desse intervalo e foram desconsiderados tendo em vista que, a partir dos 15 anos ou mais os estudantes caracterizam-se como público alvo da educação de jovens e adultos, conforme a Resolução CEB/CEB nº3/2010. A data de corte de 31 de maio é um critério metodológico do Inep (2014, p. 31) que definiu:

[...] a partir de 2013, a divulgação dos resultados relacionados à categoria idade apurados pelo Censo Escolar da Educação Básica, realizado por este Instituto, passa a adotar a data de referência da pesquisa como referência também para o cálculo da idade dos discentes e docentes. O cálculo da idade será dado pela regra geral explicitada anteriormente e deve considerar o dia 31 de maio como referência.

Construiu-se o grupo em estudo a partir de 59.570 códigos de estudantes, que correspondiam àqueles matriculados em 2015 no 6º ano do ensino fundamental em escolas da RMS. Desses, foram filtrados apenas os que possuíam um único “CO_PESSOA_FISICA”, pois essas múltiplas experiências concomitantes impediriam uma demarcação clara da sua trajetória, remanescendo assim 59.508 códigos. De acordo com a faixa etária, ficaram 53.143 códigos. Por fim, foram selecionados aqueles que ingressaram na base de dados em 2015 no 6º ano do ensino fundamental e permaneceram matriculados ininterruptamente em turmas regulares de escolarização até a 1ª série do ensino médio, em 2019. Podendo ser promovido apenas em uma série a cada ano. Fechando, portanto, em uma amostra final de 27.734 códigos de estudante, o que corresponde a 46,6% da coorte inicial. Além da seleção dos códigos de estudantes a partir dos critérios expostos, é importante ressaltar que o grupo em estudo se remete às matrículas em turmas regulares de escolarização, ou seja, não foram consideradas as informações referentes às turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado. Os estudantes que tiveram suas trajetórias analisadas foram aqueles que se encontravam matriculados no 6º ano do ensino fundamental em escolas públicas e privadas dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador.

O conjunto de informações da Tabela 3 apresentam as características gerais da amostra:

Tabela 3 - Número de estudantes do grupo em estudo segundo declaração de sexo, cor/raça e rede de ensino preponderante em que estudou, RMS 2015-2019

Declaração de sexo	Nº Estudantes	%
Femino	13.934	50,2%
Masculino	13.800	49,8%
Total	27.734	100,0%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Declaração de cor/raça	Nº Estudantes	%
PARDA	13.259	47,8%
PRETA	4.351	15,7%
BRANCA	2.293	8,3%
AMARELA	321	1,2%
INDÍGENA	46	0,2%
NAO DECLARADA	7.464	26,9%
Total Geral	27.734	100,0%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Rede de ensino preponderante em que estudou	Nº Estudantes	%
Privada	6.833	24,6
Público	20.901	75,4
Total Geral	27.734	100,0

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Nessas tabelas, cabe destacar que as variáveis sexo, cor/raça não são declarações prestadas pelo próprio estudante, mas pelas escolas, se tornando assim uma avaliação subjetiva a respeito do outro. Por isso foi utilizada a expressão “declaração”. No número de estudantes da amostra segundo a rede de ensino preponderante em que estudou, de 2015 a 2019, observou-se que a rede pública atendeu na RMS 75,4% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e da 1ª série do ensino médio. A forte presença da rede pública nessa região é justificada pelos elevados índices de pobreza, além da grande desigualdade intermunicipal.

As tabelas 4 e 5, representam o fluxo escolar da amostra ao longo dos anos considerando todas as redes e a rede frequentada preponderantemente, respectivamente.

Tabela 4 - Fluxo escolar dos estudantes do grupo em estudo, RMS 2015 – 2019

Todas as Redes
Valores absolutos

Etapa de ensino	2015	2016	2017	2018	2019
EF 6º Ano	27.734	3.568	1.070	403	188
EF 7º Ano		24.166	5.337	2.236	1.201
EF 8º Ano			21.327	5.516	2.461
EF 9º Ano				19.579	5.766
EM 1ª Série					18.118
Total	27.734	27.734	27.734	27.734	27.734

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Todas as Redes
Valores em %

Etapa de ensino	2015	2016	2017	2018	2019
EF 6º Ano	100,00	12,87	3,86	1,45	0,68
EF 7º Ano	-	87,13	19,24	8,06	4,33
EF 8º Ano	-	-	76,90	19,89	8,87
EF 9º Ano	-	-	-	70,60	20,79
EM 1ª Série	-	-	-	-	65,33
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Tabela 5 - Fluxo escolar do grupo em estudo por rede de ensino frequentada
Fluxo escolar da amostra por rede de ensino frequentada preponderantemente pelo estudante, RMS 2015 - 2019

Rede frequentada preponderantemente: Pública

Valores em %

Etapa de ensino	2015	2016	2017	2018	2019
EF 6º Ano	100,00	16,01	5,03	1,92	0,89
EF 7º Ano	-	83,99	23,54	10,32	5,66
EF 8º Ano	-	-	71,43	23,43	11,21
EF 9º Ano	-	-	-	64,32	24,09
EM 1ª Série	-	-	-	-	58,14
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Rede frequentada preponderantemente: Privada

Valores em %

Etapa de ensino	2015	2016	2017	2018	2019
EF 6º Ano	100,00	3,23	0,28	0,03	0,01
EF 7º Ano	-	96,77	6,09	1,14	0,26
EF 8º Ano	-	-	93,63	9,04	1,71
EF 9º Ano	-	-	-	89,78	10,70
EM 1ª Série	-	-	-	-	87,31
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Costa e Bartholo (2014) indicam que políticas públicas que vão na direção do fortalecimento do atendimento pela rede pública ou, por outro lado, na expansão da oferta pela iniciativa privada podem indicar diferentes tendências de segregação social. Do mesmo modo na nossa amostra, conforme tabela 4 e 5, há indícios dessas diferenças. A tabela 5 evidencia o comportamento do fluxo escolar dos estudantes da rede pública e da rede privada. É possível notar que há realmente diferenças. Na rede privada, 87,31% dos estudantes da amostra ingressaram na 1ª do ensino médio, em 2019, enquanto que na rede pública apenas 58,14%, assim como a retenção do 6º para o 7º ano do ensino fundamental na rede pública é cinco vezes maior que na rede privada. Que fatores contribuíram para essas retenções? Quais as implicações dessas retenções? Que outras diferenças podem ser identificadas entre as redes pública e privada?

A fim de responder essas questões, decidiu-se estabelecer como marcador de trajetória da amostra a rede frequentada preponderantemente pelo estudante e analisar os diferentes índices de retenção obtidos quando cruzada essa informação com outras variáveis do Censo Escolar da Educação Básica.

No próximo capítulo serão apresentados os resultados encontrados nas análises das trajetórias escolares do grupo em estudo, as características que marcaram-as e analisado como essas características delimitam o fluxo escolar, usando como base de comparação as redes pública e privada.

4 ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DO GRUPO EM ESTUDO

Essa seção é dedicada a problematização das características que marcaram as trajetórias escolares do grupo em estudo, e a análise de como essas características delimitam o fluxo escolar, usando como base de comparação as redes privada e pública.

As variáveis utilizadas nas análises são resultantes dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica do Inep, disponibilizados pela Diretoria de Informações e Estatísticas

Educacionais (DIE) da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Algumas foram obtidas diretamente neste levantamento estatístico e outras derivadas de informações dos microdados. Tais como, o tamanho da turma que um estudante do grupo em estudo frequentou, obtida através da totalização de todos os códigos de estudante por turma e estabelecimento de ensino a cada ano.

O número de estabelecimentos frequentados pelo estudante foi determinado pelo quantitativo de estabelecimentos diferentes no período de 2015 a 2019 e, a partir dessa informação determinou-se a rede de ensino frequentada preponderantemente nesse período, aquela que representou mais da metade do seu percurso escolar. Nas tabelas de 6 a 10, apresentam-se os diferentes atendimentos recebidos pelos estudantes do grupo em estudo, considerando a rede de ensino frequentada preponderantemente.

Para determinar os intervalos de classes, a fim de representar a distribuição de frequência dos estudantes, optou-se por utilizar o segundo quartil de cada variável, calculado entre os anos de 2015 a 2019. Nos anexos apresenta-se como foram construídas as variáveis derivadas de informações contidas nos microdados do Censo Escolar.

A partir da tabela 6 pode-se notar que os estudantes que frequentaram preponderantemente a rede pública foi em estabelecimentos e turmas maiores se comparados com aqueles que frequentaram a rede privada. Em relação ao total de estudantes das escolas, tanto os que frequentaram preponderantemente a rede pública quanto a rede privada o fizeram principalmente em estabelecimentos com até 872 estudantes. Verificou-se também que a quantidade de alunos por turma é superior a 33 em ambas as redes de ensino.

O estudo conduzido por Lee e Smith (2002) forneceu evidências de que estudantes que frequentam escolas de menor porte adquirem mais conhecimento e a aprendizagem é mais equânime. Alves e Soares (2007) argumentam que a forma como as escolas estruturam suas turmas impacta não apenas no desempenho dos estudantes, como também nas taxas de progresso. Ou seja, para um atendimento adequado é necessário a disponibilização de recursos apropriados e suficientes o que está relacionado com número de estudantes da escola. E esta por sua vez recebe estudantes em diversos estágios de conhecimento que são distribuídos em turmas que dificilmente proporcionaram uma aprendizagem uniforme tanto ao longo do tempo quanto ao indivíduo.

Tabela 6 - Número de estudantes do grupo em estudo, segundo total de estudantes da escola e da turma por rede de ensino que frequentaram preponderantemente, RMS 2015-2019

Característica observada	Rede de ensino					
	Valores absolutos			Valores relativo		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Total de estudantes da escola						
até 872	10.583	4.050	14.633	51%	59%	53%
acima de 872	10.318	2.783	13.101	49%	41%	47%
Total	20.901	6.833	27.734	100%	100%	100%
Nº de estudantes na turma						
até 33	3.370	1.887	5.257	16%	28%	19%
acima de 33	17.531	4.946	22.477	84%	72%	81%
Total	20.901	6.833	27.734	100%	100%	100%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Ao se analisar a duração de funcionamento das turmas frequentadas pelos estudantes do grupo em estudo, tabela 7, fica evidente a disparidade entre aqueles que frequentaram preponderantemente a rede pública ou a rede privada, 91% dos estudantes da rede pública estavam em turmas cujo tempo com aulas tinha duração máxima de quatro horas e meia por dia, enquanto que 72% dos estudantes da rede privada estavam em turmas com período de aulas superior a quatro horas e meia diárias. O tempo na escola deve ser considerado como

fator que pode influenciar no desempenho dos estudantes, pois pressupõem-se que nesse espaço ocorra a consolidação das práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem oferecidas pela escola. Segundo Parente (2010) os tempos escolares – tempo de escola, tempo de escolarização e tempo na escola – são construções humanas, por isso, passíveis de transformações e, devido a sua abrangência devem estar alinhados às inovações políticas e escolares mais humanas que contemplem as necessidades dos sujeitos da educação.

Biblioteca e/ou sala de leitura foi uma dependência física disponível corriqueiramente aos estudantes que frequentaram escolas privadas, mas 13% dos estudantes da rede pública não tiveram acesso a este espaço.

Tabela 7- Número de estudantes segundo, duração de funcionamento da turma e existência de biblioteca e/ou sala de leitura por rede de ensino, RMS 2015-2019

Característica observada	Rede de ensino					
	Valores absolutos			Valores relativo		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Duração de funcionamento da turma						
Até 4 horas e 30 minutos diários	19.011	1.884	20.895	91%	28%	75%
Mais de 4 horas e 30 minutos diários	1.890	4.949	6.839	9%	72%	25%
Total	20.901	6.833	27.734	100%	100%	100%
Biblioteca e/ou sala de leitura						
Existente	18.241	6.611	24.852	87%	97%	90%
Inexistente	2.660	222	2.882	13%	3%	10%
Total	20.901	6.833	27.734	100,0%	100%	100%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Quanto ao local de residência, tabela 8, pode-se afirmar que a grande maioria dos estudantes residiu, no período de 2015 a 2019, no mesmo município em que estudou, tanto os que frequentaram preponderantemente a rede pública quanto a rede privada. Essa informação dá indícios de que o local de residência e de estudo sejam próximos. Duas características merecem destaque: a) 72% dos que cursaram, em 2018, o 9º ano do ensino fundamental na rede pública permaneceram na mesma escola em 2019, na 1ª série do ensino médio; e b) que 54% daqueles que cursaram em 2018, o 9º ano do ensino fundamental na rede privada trocaram de escola na sua transição para 1ª série do ensino médio. Não houve comprovação nos artigos pesquisados de que a troca de escola pode influenciar nos rendimentos dos alunos negativamente. Apenas que, a troca pode ser, segundo Teixeira (2020), difícil tanto para os alunos quanto para os pais, por incompatibilidade de metodologias ou mesmo dificuldades de relacionamento.

Outro fato que chama a atenção é o número de escolas que os estudantes das duas redes frequentaram. Durante o período de 2015 a 2019, cinco anos, todos os estudantes do grupo em estudo trocaram pelo menos uma vez de escola, sendo que 66,7% trocaram duas vezes ou mais. Através da média da distribuição dessa variável pode-se concluir que estes estudantes em média frequentaram duas escolas.

Tabela 8 - Número de estudante segundo o local de residência, permanência na mesma escola na transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio e o número de escolas que frequentou por rede de ensino, RMS 2015-2019

Característica observada	Rede de ensino					
	Valores absolutos			Valores relativo		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Local de residência						
Mesmo município que estuda	16.351	5.627	21.978	78%	82%	79%
Município diferente daquele que estuda	4.550	1.206	5.756	22%	18%	21%
Total	20.901	6.833	27.734	100%	100%	100%
Permanência na mesma escola na transição do ensino fundamental para o ensino médio						
Sim	8.810	2.715	11.525	72%	46%	64%
Não	3.342	3.251	6.593	28%	54%	36%
Total	12.152	5.966	18.118	100%	100%	100%
Número de escolas que frequentou						
1	6.689	2.552	9.241	32,0%	37,3%	33,3%
2	10.850	3.146	13.996	51,9%	46,0%	50,5%
3	2.941	964	3.905	14,1%	14,1%	14,1%
4	392	161	553	1,9%	2,4%	2,0%
5	29	10	39	0,1%	0,1%	0,1%
Total	20.901	6.833	27.734	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.
Elaboração própria.

Na tabela seguinte, apresenta-se o fluxo escolar anual e por etapa de ensino para os dois segmentos que frequentaram preponderantemente cada uma das duas redes (Tabela 5). As informações apresentadas na tabela 9 constituem uma nova leitura desse mesmo fluxo e ratificam o seguinte: a) os estudantes do grupo em estudo que frequentaram preponderantemente a rede pública ficaram retidos três vezes mais do que os da rede privada; e b) essas retenções atrasam a progressão dos estudantes para as etapas de ensino subsequentes. Esses resultados revalidam os achados nos estudos de Freitas (1940; 1947) e de Sérgio Costa Ribeiro e Ruben Klein (1991) sobre o fluxo escolar, que identificam as altas taxas de repetência e a ineficiência do sistema escolar em assegurar progressão regular aos estudantes brasileiros. Inclusive, a repetência pode impactar negativamente no desenvolvimento cognitivo do estudante e está fortemente associada ao abandono.

Tabela 9 - Número de estudantes segundo o número de retenções e a etapa de ensino mais elevada cursada por rede de ensino, RMS 2015-2019

Característica observada	Rede de ensino					
	Valores absolutos			Valores relativo		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Número de retenções						
0	12.152	5.966	18.118	58,14%	87,31%	65,33%
1	5.035	731	5.766	24,09%	10,70%	20,79%
2	2.344	117	2.461	11,21%	1,71%	8,87%
3	1.183	18	1.201	5,66%	0,26%	4,33%
4	187	1	188	0,89%	0,01%	0,68%
Total	20.901	6.833	27.734	100,00%	100,00%	100,00%
Etapas de ensino mais elevada cursada						
6º ano do EF	187	1	188	0,89%	0,01%	0,68%
7º ano do EF	1.183	18	1.201	5,66%	0,26%	4,33%
8º ano do EF	2.344	117	2.461	11,21%	1,71%	8,87%
9º ano do EF	5.035	731	5.766	24,09%	10,70%	20,79%
1ª série do EM	12.152	5.966	18.118	58,14%	87,31%	65,33%
Total	20.901	6.833	27.734	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.
Elaboração própria.

Acrescente-se a essa nova leitura do fluxo escolar as taxas de distorção idade-série apresentadas na tabela 10. Fica evidente, portanto, que vários aspectos interferem no percurso escolar dos estudantes criando uma defasagem entre o número de ingressos no ensino fundamental comparado ao número daqueles que conseguem alcançar o ensino médio. Observem que, em 2015, os percentuais de estudante em defasagem idade-série eram 15,5% na rede pública e 2,0% na rede privada, em 2019, esses percentuais mais que dobraram entre

os estudantes de ambas as redes de ensino passando para 35,5% na rede pública e 5,2% na rede privada. Importante lembrar que se tratam do mesmo grupo de estudantes em todo período analisado.

Tabela 10 - Número de estudantes segundo a rede de ensino que frequentaram preponderantemente, idade e etapa de ensino, RMS 2015-2019

Rede de ensino	Idades dos estudantes do 6º ano do ensino fundamental em 2015						Nº de estudantes em defasagem idade-série		
	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	Total	Absoluto	(%)	
Pública	1.507	10.199	5.951	2.469	775	20.901	3.244	15,5%	
Privada	1.300	4.887	511	118	17	6.833	135	2,0%	
Rede de ensino	Etapa de ensino	Idades dos estudantes em 2019						Nº de estudantes em	
		14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	Total	Absoluto	(%)
Pública	6º ano do EF	4	53	56	57	17	187	7.417	35,5%
	7º ano do EF	33	374	450	257	69	1.183		
	8º ano do EF	83	884	805	438	134	2.344		
	9º ano do EF	316	2.275	1.517	699	228	5.035		
	1ª série EM	1.070	6.621	3.119	1.021	321	12.152		
	Total	1.506	10.207	5.947	2.472	769	20.901		
Privada	6º ano do EF	1	-	-	-	-	1	355	5,2%
	7º ano do EF	4	12	1	1	-	18		
	8º ano do EF	26	64	20	7	-	117		
	9º ano do EF	120	458	120	28	5	731		
	1ª série EM	1.143	4.364	367	80	12	5.966		
	Total	1.294	4.898	508	116	17	6.833		

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.
Elaboração própria.

Esses resultados ratificam o que os estudos de Freitas (1940; 1947) e de Sérgio Costa Ribeiro e Ruben Klein (1991) identificaram: altas taxas de repetência e a ineficiência do sistema escolar em assegurar um fluxo regular aos estudantes brasileiros. Estes são, portanto, problemas sobre os quais, especialmente a escola pública, deveria agir para criar mecanismos e alternativas com vistas a resolvê-los.

Os três indicadores da qualidade da infraestrutura escolar apresentados na tabela 11 foram construídos com base na metodologia proposta por Falciano, Nunes e Santos (2016). Estas são as características avaliadas por cada um dos indicadores: a) Infraestrutura básica: abastecimento de água, abastecimento de energia elétrica, esgoto sanitário, água potável e banheiro; b) Estrutura pedagógica: existência de biblioteca e/ou sala de leitura, laboratório de ciências e laboratório de informática; e c) Adequação às necessidades especiais: banheiro acessível, adequado ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Tabela 11 - Número de estudantes segundo a infraestrutura básica, estrutura pedagógica e adequação às necessidades especiais da escola por rede de ensino, RMS 2015-2019

Característica observada	Rede de ensino					
	Valores absolutos			Valores relativo		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Infraestrutura básica						
Atendido	20.120	6.675	26.795	96,3%	97,7%	96,6%
Satisfatório	781	158	939	3,7%	2,3%	3,4%
Total	20.901	6.833	27.734	100,0%	100,0%	100,0%
Estrutura pedagógica						
Atendido	4.320	4.296	8.616	20,7%	62,9%	31,1%
Satisfatório	10.193	1.462	11.655	48,8%	21,4%	42,0%
Insatisfatório	5.082	915	5.997	24,3%	13,4%	21,6%
Desatendido	1.306	160	1.466	6,2%	2,3%	5,3%
Total	20.901	6.833	27.734	100,0%	100,0%	100,0%
Adequação às necessidades especiais						
Atendido	11.032	5.078	16.110	52,8%	74,3%	58,1%
Desatendido	9.869	1.755	11.624	47,2%	25,7%	41,9%
Total	20.901	6.833	27.734	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.
Elaboração própria.

Pode-se observar que a infraestrutura básica estava acessível majoritariamente tanto para os estudantes que frequentaram preponderantemente a rede pública quanto a rede privada, enquanto que, a estrutura pedagógica está, na maioria das vezes, atendida

completamente ou satisfatoriamente pelas escolas privadas e satisfatoriamente pelas escolas públicas, e a adequação às necessidades especiais estava presente na maioria das escolas privadas. Em resumo, as condições de atendimento oferecidas aos estudantes do grupo em estudo está assim caracterizada: a) Os estudantes da rede privada frequentaram estabelecimentos e turmas com um menor número de estudantes; b) Os horários de funcionamento das turmas dos estudantes das duas redes são distintos, enquanto os estudantes que frequentaram preponderantemente a rede pública estavam em turmas com duração máxima de quatro horas e meia, os estudantes da rede privada estavam em turmas com duração superior; c) Os estudantes da rede pública são os que mais permaneceram na mesma escola na transição do ensino fundamental para o ensino médio; d) Todos os estudantes trocaram pelo menos uma vez de escola e em média frequentaram duas escolas no período de 2015 a 2019; e) Os estudantes da rede pública ficaram três vezes mais retidos do que da rede privada, refletindo em um menor nível de escolaridade desse grupo no período analisado.

Até aqui, apresentou-se como determinadas variáveis marcaram diferentes trajetórias para os estudantes do grupo em estudo que frequentaram preponderantemente a rede pública ou rede privada. Evidenciaram-se as desigualdades entre as duas redes de ensino, mas restam duas perguntas: Quão desigual essa realidade pode se revelar? Como essas diferentes trajetórias estavam vinculadas às retenções?

Para responder a esses questionamentos, passou-se a examinar as características das trajetórias dos estudantes do grupo em estudo segundo o número de retenções no período analisado como uma representação do fluxo escolar. A relação entre os marcadores de trajetória e o fluxo escolar foi verificada pelo teste de X^2 (qui-quadrado) considerando um nível de confiança de 95%. Esse teste é comumente utilizado para avaliar a associação entre duas variáveis categóricas, mas o resultado dessa análise não permite avaliar a influência de uma variável sobre a outra ou determinar qualquer relação de causa e efeito. Objetiva-se verificar quais as diferenças entre as trajetórias escolares entre aqueles do grupo em estudo que não tiveram retenções, e aqueles que tiveram uma, duas ou mais retenções.

Na tabela 12 apresentam-se as diferenças entre o total de estudantes da escola frequentada, por aqueles estudantes do grupo em estudo e o número de retenções. Notou-se que, no período observado, 82,97% dos estudantes da rede pública tiveram no máximo uma reprovação e frequentaram preponderantemente escolas de menor porte (com até 872 estudantes). Na rede privada ocorreu o oposto os estudantes com no máximo uma reprovação, 99,03%, frequentaram preponderantemente escolas de maior porte (mais de 872 estudantes).

As variáveis “Total de estudantes da escola” e “Nº de retenções” se mostraram associadas tanto para os estudantes que frequentaram preponderantemente a rede pública quanto a rede privada, mas há nítidas diferenças entre elas.

Tabela 12 - Número de estudantes por rede de ensino que frequentaram preponderantemente e número de retenções, RMS 2015-2019

Rede de ensino	Nº de retenções	Total de estudantes da escola					
		Valores absolutos			Valores em percentuais		
		até 872	acima de 872	Total	até 872	acima de 872	Total
Pública	0	6.303	5.849	12.152	59,56%	56,69%	58,14%
	1	2.477	2.558	5.035	23,41%	24,79%	24,09%
	2 e mais	1.803	1.911	3.714	17,04%	18,52%	17,77%
	Total	10.583	10.318	20.901	100,00%	100,00%	100,00%
Privada	0	3.410	2.556	5.966	84,20%	91,84%	87,31%
	1	531	200	731	13,11%	7,19%	10,70%
	2 e mais	109	27	136	2,69%	0,97%	1,99%
	Total	4.050	2.783	6.833	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Verificou-se associação entre a variável “Número de estudantes na turma” e “Nº de retenções”, tabela 13. Semelhante ao porte da escola, 83,14% dos estudantes da rede pública tiveram no máximo uma reprovação e frequentaram preponderantemente turmas menores (com até 33 estudantes) e na rede privada os estudantes com no máximo uma reprovação, 98,54%, frequentaram preponderantemente turmas maiores (com mais de 33 estudantes).

Tabela 13 -Número de estudantes por rede de ensino que frequentaram preponderantemente, número de retenções e número de estudantes na turma, RMS 2015-2019

Rede de ensino	Nº de retenções	Número de estudantes na turma					
		Valores absolutos			Valores em percentuais		
		até 33	acima de 33	Total	até 33	acima de 33	Total
Pública	0	1.898	10.254	12.152	56,32%	58,49%	58,14%
	1	904	4.131	5.035	26,82%	23,56%	24,09%
	2 e mais	568	3.146	3.714	16,85%	17,95%	17,77%
	Total	3.370	17.531	20.901	100,00%	100,00%	100,00%
Privada	0	1.514	4.452	5.966	80,23%	90,01%	87,31%
	1	309	422	731	16,38%	8,53%	10,70%
	2 e mais	64	72	136	3,39%	1,46%	1,99%
	Total	1.887	4.946	6.833	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Os resultados apresentados nas tabelas 12 e 13 corroboram com os estudos conduzidos por Lee e Smith (2002) e Alves e Soares (2007), ou seja, estudantes que frequentam escolas de menor porte e turmas menores apresentam melhor desempenho cognitivo e conseqüentemente fluxo escolar mais regular. Ainda em relação a esses resultados, fica evidente a necessidade de cursos de formação continuada em gestão escolar para os dirigentes de escolas públicas, a fim de que estes tenham subsídios para conciliar seus discursos com suas ações, atendendo as rápidas mudanças educacionais e contribuindo para o alcance do direito à educação escolar com qualidade social. Não será possível elevar o desempenho das escolas públicas apenas se conformando com o fato delas não disporem das condições financeiras, materiais, ou de pessoal capacitado.

Na tabela 14, analisa-se como o número de retenções pode ser diferente em relação a duração de funcionamento das turmas. Tanto os estudantes da rede pública quanto da rede privada, com no máximo uma reprovação, passaram maior tempo em suas turmas, 85,98% e 98,80%, respectivamente. Verificou-se associação entre "Duração de funcionamento da turma" e "Nº de retenções" para os estudantes que frequentaram preponderantemente as duas redes de ensino.

Tabela 14- Número de estudantes por rede de ensino que frequentaram preponderantemente, número de retenções e duração de funcionamento da turma, RMS 2015-2019

Rede de ensino	Nº de retenções	Duração de funcionamento da turma					
		Valores absolutos			Valores em percentuais		
		Até 4 horas e 30 minutos diários	Mais de 4 horas e 30 minutos diários	Total	Até 4 horas e 30 minutos diários	Mais de 4 horas e 30 minutos diários	Total
Pública	0	10.976	1.176	12.152	57,73%	62,22%	58,14%
	1	4.586	449	5.035	24,12%	23,76%	24,09%
	2 e mais	3.449	265	3.714	18,14%	14,02%	17,77%
	Total	19.011	1.890	20.901	100,00%	100,00%	100,00%
Privada	0	1.536	4.430	5.966	81,53%	89,51%	87,31%
	1	271	460	731	14,38%	9,29%	10,70%
	2 e mais	77	59	136	4,09%	1,19%	1,99%
	Total	1.884	4.949	6.833	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

A importância da leitura e da escrita no processo de ensino e aprendizagem é um fato indiscutível. Porém, esse grupo em estudo, revelou que não existe associação entre a “Existência de biblioteca e/ou sala de leitura” e o “Nº de retenções” nas duas redes de ensino. Tanto na rede pública quanto na rede privada verificou-se, conforme tabela 15, uma maior proporção de estudantes com no máximo uma reprovação que frequentaram preponderantemente escolas que possuíam esses espaços, 82,25% e 98,03%, respectivamente. Esse resultado ratifica a afirmação de Soares (2004), é importante que os estudantes sejam estimulados a frequentar a biblioteca e utilizarem os recursos disponíveis para que haja um efeito positivo no seu desempenho.

Tabela 15 - Número de estudantes segundo a rede de ensino que frequentaram preponderantemente, número de retenções e existência de biblioteca e/ou sala de leitura, RMS 2015-2019

Rede de ensino	Nº de retenções	Existência de biblioteca e/ou sala de leitura					
		Valores absolutos			Valores em percentuais		
		Existente	Inexistente	Total	Existente	Inexistente	Total
Pública	0	10.628	1.524	12.152	58,26%	57,29%	58,14%
	1	4.376	659	5.035	23,99%	24,77%	24,09%
	2 e mais	3.237	477	3.714	17,75%	17,93%	17,77%
	Total	18.241	2.660	20.901	100,00%	100,00%	100,00%
Privada	0	5.775	191	5.966	87,35%	86,04%	87,31%
	1	706	25	731	10,68%	11,26%	10,70%
	2 e mais	130	6	136	1,97%	2,70%	1,99%
	Total	6.611	222	6.833	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

O contexto socioeconômico das escolas é o fator extraescolar mais importante para análise de resultados educacionais. Alves, Soares e Xavier (2014), constataram que escolas cujos estudantes têm maior poder aquisitivo e com mais recursos culturais alcançam níveis de desempenhos mais altos.

Conforme mostra a tabela 16, no período de 2015 a 2019, 2.904 estudantes frequentaram preponderantemente escolas sem Indicador do Nível Socioeconômico da Escola (INSE³), sendo 272 de escolas públicas e 2.632 de escolas privadas. Foi verificado a associação entre o INSE e o número de retenções em escolas de ambas as redes. Observou-se que tanto na rede pública quanto na rede privada os estudantes com no máximo uma reprovação frequentaram preponderantemente escolas com INSE alto, 96,72% e 99,74%, respectivamente. Neste nível da escala, os estudantes, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares; bens complementares, como computador e acesso à internet; maior quantidade de bens suplementares, tal como TV por assinatura; a renda familiar mensal está acima de 7 salários mínimos; e seus pais ou responsáveis completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação. Ou seja, dentre as escolas com INSE calculado, quanto maior o nível socioeconômico dos estudantes maiores a suas chances de serem reprovados no máximo uma vez como preconizado por Alves, Soares e Xavier.

³ INSE - Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica. Calculado pelo INEP, “trata-se de uma medida cujo objetivo é situar o conjunto dos alunos atendidos por cada escola em um estrato, definido pela posse de bens domésticos, renda e contratação de serviços pela família dos alunos e pelo nível de escolaridade de seus pais” (INEP, 2014).

Tabela 16 - Número de estudantes por rede de ensino que frequentaram preponderantemente, número de retenções e indicador do nível socioeconômico da escola, RMS 2015-2019

Rede de ensino	Nº de retenções	Indicador do nível socioeconômico da escola									
		Valores absolutos					Valores em percentuais				
		Nível II e III	Nível IV e V	Nível VI e VII	Sem INSE	Total	Nível II e III	Nível IV e V	Nível VI e VII	Sem INSE	Total
Pública	0	4.532	7.413	56	151	12.152	55,54%	59,74%	91,80%	55,51%	58,14%
	1	2.031	2.914	3	87	5.035	24,89%	23,48%	4,92%	31,99%	24,09%
	2 e mais	1.597	2.081	2	34	3.714	19,57%	16,77%	3,28%	12,50%	17,77%
	Total	8.160	12.408	61	272	20.901	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Privada	0	559	1.728	1.414	2.265	5.966	84,83%	85,50%	92,97%	86,06%	87,31%
	1	88	254	103	286	731	13,35%	12,57%	6,77%	10,87%	10,70%
	2 e mais	12	39	4	81	136	1,82%	1,93%	0,26%	3,08%	1,99%
	Total	659	2.021	1.521	2.632	6.833	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Elaboração própria.

Como já apresentado na tabela 8, todos os estudantes analisados trocaram pelo menos uma vez de escola e estes frequentaram em média duas escolas de 2015 a 2019. Fazendo a análise cruzada dessa variável com o número de retenções, tabela 17, observou-se que as maiores proporções de estudantes com no máximo uma reprovação, 85,94% trocaram duas vezes de escola pública e 99,18%, trocaram apenas uma vez de escola privada. Verificou-se associação entre "Número de escolas que frequentou" e "Nº de retenções" nas duas redes de ensino.

Tabela 17- Número de estudantes por rede de ensino que frequentaram preponderantemente, número de retenções e número de escolas que frequentou, RMS 2015-2019

Rede de ensino	Nº de retenções	Número de escolas que frequentou									
		Valores absolutos					Valores em percentuais				
		1	2	3	4 ou 5	Total	1	2	3	4 ou 5	Total
Pública	0	2.393	7.520	1.988	251	12.152	35,78%	69,31%	67,60%	59,62%	58,14%
	1	2.685	1.804	469	77	5.035	40,14%	16,63%	15,95%	18,29%	24,09%
	2 e mais	1.611	1.526	484	93	3.714	24,08%	14,06%	16,46%	22,09%	17,77%
	Total	6.689	10.850	2.941	421	20.901	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Privada	0	2.287	2.759	780	140	5.966	89,62%	87,70%	80,91%	81,87%	87,31%
	1	244	323	148	16	731	9,56%	10,27%	15,35%	9,36%	10,70%
	2 e mais	21	64	36	15	136	0,82%	2,03%	3,73%	8,77%	1,99%
	Total	2.552	3.146	964	171	6.833	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Grupo de estudos - SEC, MEC/Inep.

Encerrando essa seção que foi reservada à análise das características que marcaram as trajetórias dos estudantes do grupo em estudo e como elas estavam associadas ao número de retenções, apresenta-se, a seguir, um resumo dos pontos principais.

- os estudantes da rede pública com o menor número de retenções frequentaram preponderantemente escolas de menor porte. Na rede privada ocorreu o oposto o menor número de retenções foi registrado em escolas de maior porte. As variáveis "Total de estudantes da escola" e "Nº de retenções" se mostraram associadas nas duas redes de ensino.
- os estudantes da rede pública com o menor número de retenções frequentaram turmas menores enquanto que os da rede privada frequentaram turmas maiores turmas. As variáveis "Total de estudantes da escola" e "Nº de retenções" se mostraram associadas nas duas redes de ensino.
- tanto os estudantes da rede pública quanto da rede privada com o menor número de retenções passaram um maior tempo em suas turmas. Verificou-se associação entre "Duração de funcionamento da turma" e "Nº de retenções" nas duas redes de ensino.
- Tanto os estudantes da rede pública quanto da rede privada com menor número de retenções frequentaram escolas que possuíam biblioteca e/ou sala de leitura. Esse

- grupo em estudo, revelou que não existe associação entre a “Existência de biblioteca e/ou sala de leitura” e o “Nº de retenções” nas duas redes de ensino.
- e) Tanto os estudantes da rede pública quanto da rede privada com menor número de retenções frequentaram escolas com INSE na categoria alto. Foi verificado a associação entre o “INSE” e o “Nº de retenções” em escolas de ambas as redes de ensino.
 - f) Os estudantes da rede pública com menor número de retenções trocaram duas vezes de escola enquanto que os da rede privada trocaram apenas uma vez de escola. Verificou-se associação entre "Número de escolas que frequentou" e "Nº de retenções" nas duas redes de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se este artigo com a afirmação que apesar da universalização do acesso à escola, a educação do país ainda enfrenta diversos desafios, dentre eles a continuidade dos estudos por parte dos estudantes e a melhoria da qualidade da educação básica. E esses obstáculos interferem no percurso escolar dos nossos estudantes criando uma defasagem entre o número de ingressos no ensino fundamental comparado ao número de indivíduos que alcançam e concluem o ensino médio. Situação desafiadora para atores educacionais, mas que pode incentivá-los a realizar ações com base em evidências que levem em consideração as características de cada estudante. Na sequência apresentou-se a caracterização da rede de ensino da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador, pelo fato de os estudantes que compuseram o grupo pesquisado serem alunos de escolas pertencentes à RMS.

Para que fosse possível realizar o acompanhamento das trajetórias escolares dos estudantes da RMS abrangendo um número significativo desses e, ao mesmo tempo, considerando suas características individuais e a infraestrutura das escolas por eles frequentadas, utilizou-se as informações do Censo Escolar da Educação Básica.

Construiu-se a partir dos resultados mais recentes do Censo Escolar 2015 a 2019 uma base de dados considerando o vínculo do estudante no sistema de ensino em cada ano verificado, informação essencial para a pesquisa, que se propôs analisar as diferenças nas trajetórias dos estudantes de escolas públicas e privadas. Determinou-se um procedimento para consolidar e ajustar em única base de dados todas informações de 2015 a 2019 de forma a possibilitar o acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes. Esse procedimento atendeu aos objetivos desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foram analisados 47% (27.734) estudantes, de 2015 a 2019, dentre os 59.570 matriculados no 6º ano do ensino fundamental em 2015 na RMS. Escolheu-se uma abordagem descritiva para estudar as desigualdades; futuramente outros trabalhos poderão derivar dos resultados aqui apresentados a partir de uma abordagem mais inferencial.

As primeiras análises partiram do fluxo escolar dos estudantes do grupo em estudo onde se constatou que na rede privada, 87,31% dos estudantes ingressaram na 1ª do ensino médio, em 2019, enquanto que na rede pública apenas 58,14%, assim como a retenção do 6º para o 7º ano do ensino fundamental na rede pública é cinco vezes maior que na rede privada.

Em seguida analisaram-se as condições de atendimento e foi verificado que os estudantes da rede privada frequentaram estabelecimentos e turmas com menor número de estudantes; os estudantes da rede privada frequentaram turmas com maior tempo duração; praticamente todos os estudantes da rede privada frequentaram escolas com biblioteca e/ou sala de leitura; os estudantes da rede pública são os que mais permaneceram na mesma escola na transição do ensino fundamental para o ensino médio; todos os estudantes trocaram pelo menos uma vez de escola e em média frequentaram duas escolas no período de 2015 a 2019; os estudantes da rede pública foram três vezes mais reprovados do que aqueles da rede

privada; e os percentuais de estudantes em defasagem idade/série mais que dobraram entre os estudantes das duas redes de ensino.

Em seguida o fluxo escolar foi analisado a partir do número de retenções e constatou-se que os estudantes com o menor número de retenções na rede pública frequentaram escolas de menor porte e na rede privada frequentaram escolas de maior porte; os estudantes com o menor número de retenções frequentaram na rede pública turmas menores enquanto que os da rede privada frequentaram turmas maiores; tanto os estudantes da rede pública quanto da rede privada com o menor número de retenções passaram um maior tempo em suas turmas, frequentaram escolas que possuíam biblioteca e/ou sala de leitura e tinham INSE na categoria alto; e os estudantes da rede pública com menor número de retenções trocaram duas vezes de escola enquanto que os da rede privada trocaram apenas uma vez de escola.

No geral, os resultados deste estudo reforçam o argumento de que o sistema educacional ainda é significativamente ineficiente, indicando que não pode garantir que todos os estudantes tenham uma trajetória regular e uma aprendizagem adequada. Os resultados também refletem a desigualdade de contexto que os estudantes da RMS estão inseridos gerando distintas trajetórias escolares àqueles que pertencem ao mesmo sistema de ensino.

O mapeamento dessas trajetórias escolares a partir do Censo da Educação Básica do Inep aponta que não existe diferença nas variáveis de quantidade de alunos por escola e quantidade de alunos retidos na rede pública como na rede particular. E que, também não depende da duração das aulas em ambas as redes, tampouco não importa se a escola tem ou não biblioteca e sala de leitura, nas duas redes. O Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica mostra que os alunos com nível socioeconômico mais alto têm maior frequência nas escolas das duas redes e, o do menor nível mais reprovações, por falta de recursos necessários para a motivação e aquisição de conhecimento. Não houve muita diferença entre "Número de escolas que frequentou" e "Número de retenções" nas duas redes de ensino.

Espera-se que os resultados apresentados sejam úteis aos atores educacionais em sua busca por uma educação mais equânime.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F.; ORTIGAO, M. I. R.; FRANCO, C. **Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 161-180, abr. 2007.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 45, p. 25-59, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982007000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 fev. 2021.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Índice socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 671-703, jul./set. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 out.2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica: Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE).** Brasília, DF: Inep, 2011. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2011_2013/nivel_socioeconomico/nota_tecnica_indicador_nivel_socioeconomico.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico.** Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6874720. Acesso em: 27 ago. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015.** Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 04 fev. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019.** Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 04 fev. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019.** Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Estado+da+Bahia++Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/384b003b-68ad-40ec-acf6-7e5b6e082172?version=1.0>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF: 26 jun. 2014. Edição Extra, p. 1. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução no 4, de 13 de julho de 2010**. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 28.out.2020.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Fortalecimento Institucional de Gestão Educacional. Programa Nacional de Formação de Gestores da Educação Básica Pública. **Projeto Curso de Especialização em Gestão Escolar**, set.2007, revisado maio 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=877-projeto-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28.out.2020.

CASTRO, Vanessa Gomes de. **Trajéórias escolares em contexto social desfavorável**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/6898/1/vanessagomesdecastro.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

COSTA, M.; BARTHOLO, T. L. **Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país. Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1183-1203, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01183.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

COSTA, M.; KOSLINSKI, M. C. **Prestígio escolar e composição de turmas - explorando a hierarquia em redes escolares. Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 305-330, 2008. Disponível em: www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1442/1442.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Principais Conceitos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>. Acesso em: 18 dez. 2020.

DOURADO, L. F.; SANTOS, C. A.; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Texto para discussão, Brasília, DF: Inep, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

FALCIANO, B. T.; NUNES, M. F. R.; SANTOS, E. C. Infraestrutura escolar: um critério de comparação da qualidade na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.27, n.66, p. 880-907, set./dez.2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4021>. Acesso em: 31 ago. 2020.

FALCIANO, B. T. **Políticas Públicas para Educação: o acesso à Educação Infantil na Cidade do Rio de Janeiro**. 2014. Monografia (Especialista em Educação Infantil) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Rosilda Arruda. Sociologia da Educação: uma análise de suas origens e desenvolvimento a partir de um enfoque sociológico. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 7, p.105-120, 2006.

FRANCO, C. et al. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intra-escolares”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p. 277-298, abr./jun. 2007.

FREITAS, M. A. Teixeira de. Dispersão demográfica e escolaridade. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 497-527, 1940.

FREITAS, M. A. Teixeira de. A Escolaridade média no ensino primário brasileiro. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 30-31, p. 395-474, 1947.

GAYA, T. F. M.; BRUEL, A. L. Estudos longitudinais em educação no Brasil: revisão de literatura da abordagem metodológica e utilização de dados educacionais para pesquisas em Educação. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-18, 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/relepe>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GENTILI, Pablo. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 111-177.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEDUR/SEI). Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança. **Relatório de Pesquisa 1.2**. Bahia: SEDUR/SEI, jan. 2014. Disponível em: https://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/relatorio_rms_1_2_salvador.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

GRACINDO, R. V. **Educação de qualidade para todos: uma dívida histórica brasileira**. SESCOM/Unb, 26/12/2006. Disponível em: <http://secom.unb/artigos/atl2006-08.htm>. Acesso em: 6 ago. 2020.

KLEIN, R.; RIBEIRO, S.C. O Censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 197-198, p. 1-123, 1991.

LEE, V. E.; SMITH, J. B. Tamanho da Escola: qual é o mais efetivo e para quem? **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 25, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297597991_Tamanho_da_escola_qual_e_o_mais_efetivo_e_para_quem. Acesso em: 17 fev. 2021.

MORAES, André Guerra Esteves de; BELLUZZO, Walter. O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.409-430, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/neco/v24n2/0103-6351-neco-24-02-00409.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins; FORTES, Maria de Fátima Ansaloni. A importância dos estudos sobre trajetórias escolares na Sociologia da Educação contemporânea. **Paidéia**,

Belo Horizonte, n. 2, p.57-74, jan. 2004. Disponível em:
<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/1339/910>. Acesso em: 19 ago. 2020.

PARENTE, C. M. D. A construção dos tempos escolares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.2, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n2/a07v26n2.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

PIOTTO, Débora Cristina. Trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.135, p.701-707, 2008.

PORTES, E. A. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 4, p. 73-86, jul./dez. 1991. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200002. Acesso em: 18 ago. 2020.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

SAE DIGITAL. **BNCC: conheça as principais mudanças no Ensino Fundamental – Anos finais**. Disponível em: <https://sae.digital/bncc-mudancas-no-ensino-fundamental-anos-finais/> Acesso em: 21 dez. 2020.

SARAIVA, A. M. A. **A relação entre o projeto pedagógico e a aprendizagem dos alunos em escolas participantes do Projeto Geres em Belo Horizonte**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84RJM9>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. **Revista Ibero-americana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madri, v.2.n.2, p.83-104, jul./dic. 2004, 2(2), 83-104. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120207>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SOUSA, A. P. **Desigualdades nas trajetórias entre meninos e meninas nos anos finais do ensino fundamental da Rede-DF: uma análise dos dados do Censo Escolar 2012-2016**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Centro de Estudos Avançadas Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23362>. Acesso em: 01 ago. 2020.

TEIXEIRA, Gabriela. **6 dicas para levar em conta quando for mudar seu filho de escola**. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/dicas-mudanca-crianca-escola/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ZAGO, N. **Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas**. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 10, n.18, p. 70-80, jan/jul. 2000.

ANEXO - Detalhes da construção das variáveis derivadas de informações contidas nos microdados do Censo Escolar

Tamanho da turma em nº de estudantes

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”; “nu_ano_censo”; “co_entidade”; “id_turma”.
Cálculos: Totalização dos códigos de estudante de cada turma para cada estabelecimento em cada ano. Verifica a relação de cada código de estudante da amostra com o tamanho da turma a cada ano. Enquadra este valor em uma das categorias representada pelo quartil 2 da variável. Encontra aquele valor que aparece em mais da metade das ocorrências.

Local de residência

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”; “co_municipio_escola”; “co_municipio_end”.
Cálculos: Compara se o município de residência é igual ao município do estabelecimento para cada um dos códigos de estudante a cada ano. Encontra aquele valor que aparece em mais da metade das ocorrências.

Permanência na mesma escola na transição do ensino fundamental para o ensino médio

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”, “co_entidade”, “tp_etapa”.
Cálculos: Identifica qual estabelecimento cada um dos códigos do estudante cursou no 9º ano do ensino fundamental. Compara se o estabelecimento foi o mesmo na 1ª série do ensino médio.

Número de escolas que frequentou

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”; “co_entidade”.
Cálculos: Analisa quantos estabelecimentos estão associados a cada um dos códigos de estudante.

Nº de retenções

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”; “tp_etapa”.
Cálculos: Verifica para cada código de estudante se há reincidência em uma ou mais etapas, isto é, se um código possui o registro na mesma etapa em mais de um ano.

Etapa de ensino mais elevada cursada

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”; “tp_etapa”.
Cálculos: Identifica qual a maior etapa registrada para cada um dos códigos de estudante

Infraestrutura básica

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”; “nu_ano_censo”; “co_entidade”; “agua”; “agua_consumo”; “energia”; “esgoto”; “banheiro”.
Cálculos: Cria um indicador de quantas dessas variáveis estão sendo atendidas. Associa essa informação do estabelecimento a cada um dos códigos de estudante a cada ano. Encontra aquele valor que aparece em mais da metade das ocorrências. Esta metodologia foi extraída do trabalho apresentado por Falciano, Nunes e Santos (2016).

Estrutura pedagógica

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”; “nu_ano_censo”; “co_entidade”; “in_biblioteca_sala_leitura”; “in_laboratorio_ciencias”; “in_laboratorio_informatica”.
Cálculos: Cria um indicador de quantas dessas variáveis estão sendo atendidas. Associa essa informação do estabelecimento a cada um dos códigos de estudante a cada ano. Encontra aquele valor que aparece em mais da metade das ocorrências. Esta metodologia foi extraída do trabalho apresentado por Falciano, Nunes e Santos (2016).

Adequação às necessidades especiais

Variáveis de origem: “co_pessoa_fisica”; “nu_ano_censo”; “co_entidade”; “in_banheiro_pne”.
Cálculos: Cria um indicador de quantas dessas variáveis estão sendo atendidas. Associa essa informação do estabelecimento a cada um dos códigos de estudante a cada ano. Encontra aquele valor que aparece em mais da metade das ocorrências. Esta metodologia foi extraída do trabalho apresentado por Falciano, Nunes e Santos (2016).